

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 742 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1998



Depois de duas reuniões realizadas ontem, as lideranças concordaram em abreviar os prazos de tramitação da proposta, que poderá ser colocada em votação no plenário até o dia 30 de dezembro

Líderes fecham acordo para acelerar votação do Orçamento

O entendimento firmado com o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, foi apontado pelo líder do governo, José Roberto Arruda, como sinalização “clara” de que o Legislativo está solidário com os cortes de gastos previstos para 1999



CAE convida Malan e Franco para explicar a crise

A situação das contas públicas será destaque da audiência com o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central. PÁGINA 2

Os líderes partidários fecharam ontem com o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, um acordo para acelerar a tramitação do projeto de Orçamento da União para 1999. Segundo o senador Ramez Tebet, relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, a proposta será colocada em votação “no máximo” até o dia 30 de dezembro. Para isso, ele considera necessário o envio pelo governo, até o dia 25, das modificações ao projeto original destinadas a adaptá-lo aos cortes de gastos previstos para o próximo ano.

PÁGINA 3

O que prevê o entendimento

Redução do valor das emendas do Congresso

Supressão das emendas regionais

Alteração regimental para reduzir os prazos de tramitação da proposta

Foram aprovadas ontem pelo plenário as renovações de concessões de funcionamento de três emissoras de rádio e televisão. PÁGINA 4



CAS facilita acesso do trabalhador à Justiça

PÁGINA 5

Malan e Franco são convidados a falar sobre crise

Conforme requerimento aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, ministro da Fazenda e presidente do Banco Central irão explicar as medidas adotadas pelo governo para enfrentar os efeitos da crise internacional



O convite aos economistas Pedro Malan e Gustavo Franco foi aprovado em reunião presidida pelo senador Pedro Piva

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, serão convidados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado a prestar esclarecimentos sobre as medidas que o governo vem adotando no sentido de combater os efeitos da crise econômica internacional.

O convite é fruto de requerimento apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que pedia a convocação das autoridades. O pedido de convocação, transformado em convite, foi aprovado ontem pela CAE, que deverá realizar uma audiência conjunta com as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores, em data a ser confirmada.

De acordo com Suplicy, o objetivo da audiência é conhecer "a natureza e objetivos das ações do governo brasileiro frente à turbulência nos mercados internacionais". Ele informa que Malan e Franco estão convidados a fornecer detalhes "sobre a evolução das contas internas e externas e o movimento das reservas nacionais".

Além dessa discussão, o senador ressalta que deseja questionar as autoridades convidadas sobre quais medidas estão sendo adotadas para "estimular a atividade econômica e para enfrentar o grave problema do desemprego".

TV discute imagem externa do Brasil

O Itamaraty lançará um CD-ROM no mês que vem para tornar a realidade brasileira mais conhecida no exterior. Foi o que anunciou o ministro Luiz Fernando Ligerio, chefe da Assessoria de Comunicação do órgão, em debate promovido pela TV Senado, que será exibido hoje às 5h, 13h30 e 19h30.

CAE analisa empréstimos para AC e SE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discutiu ontem pareceres do Banco Central a respeito de medidas tomadas pelos governos do Acre e de Sergipe no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. O primeiro parecer trata de operação de crédito celebrada entre a União, o estado do Acre e o Banco do Estado do Acre, no valor de R\$ 101 milhões, destinados a ajustes prévios para a liquidação do banco. A CAE também debateu a solicitação do governo de Sergipe de empréstimo de

R\$ 31 milhões, firmado entre a União e o Banco do Estado, para o seu saneamento e capitalização. Nas duas matérias, a comissão decidiu pela análise com base no disposto na Resolução 78 do Senado, que trata das operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A resolução estipula limites para os montantes dos créditos, bem como impõe uma série de condições para sua aprovação. Um exemplo disso é a limitação do montante global das operações realizadas em um exercício financeiro, que não poderá ser superior a

18% da receita líquida real anual do estado ou do município pleiteante. Além disso, o dispêndio anual com amortizações, juros e demais encargos das operações está restrito a 13% dessa receita. A Resolução 78 obriga os estados e municípios a liquidarem as operações de crédito realizadas através de antecipação de receita orçamentária até dez dias antes do encerramento do exercício financeiro em que tiverem sido contratadas. Fora isso, proíbe a contratação de crédito nos 180 dias anteriores ao final do mandato dos governadores ou prefeitos.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

▶ 10h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado.

PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PDL nº 93/98, que aprova os textos dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários Adicional, da União Internacional de Telecomunicações (UIT), aprovados pelos países membros em Genebra, em 22 de dezembro de 1992, e dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários, da União Internacional de Telecomunicações (UIT), aprovados pelos países membros em Quioto, em 13 de outubro de 1994.

PREVISÃO DE TRABALHOS

▶ Sexta-feira (16.10.98)
9h - Sessão não deliberativa

▶ Segunda-feira (19.10.98)
14h30 - Sessão não deliberativa

ESPECIAL

Quarta-feira (21.10.98)
Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Caro Diário*, de Nani Moretti
Local: Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Líderes fecham acordo para votar Orçamento

Redução dos prazos de tramitação em 45 dias e supressão das emendas regionais do Congresso estão entre as medidas acertadas para que proposta orçamentária possa ser votada até o final deste ano

Depois de duas reuniões realizadas ontem no gabinete do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), as lideranças fizeram acordo para acelerar a votação do Orçamento de 99. O entendimento prevê redução das emendas do Congresso, na mesma proporção dos cortes que serão efetuados pelo Executivo; supressão das emendas regionais; e alteração regimental, para reduzir os prazos de tramitação da proposta e votá-la ainda este ano.

– Trata-se de uma sinalização clara, e extremamente importante para o mercado, de que o governo tem apoio do Congresso e base parlamentar para votar, e também de que o Congresso está solidário com os cortes e aceitou a responsabilidade de participar do ajuste – disse o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), ao anun-

ciar o acordo.

Conforme o senador, haverá uma economia de pelo menos 45 dias na tramitação da proposta orçamentária. Nova reunião foi marcada para terça-feira, dia 20, às 16h, com o propósito de detalhar as resoluções tomadas ontem. Na última semana do mês, com o segundo turno já realizado e o retorno pleno do Congresso às atividades normais, será votada alteração da Resolução nº 2 para permitir encurtar os prazos de tramitação do Orçamento, sem no entanto eliminar qualquer das etapas existentes.

O relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), confirmou que o Orçamento será votado até o dia 15, “no máximo até 30 de dezembro”, e acentuou a necessidade de que o governo envie sua proposta

de aditamento até o dia 25, para colaborar com o esforço do Congresso.

Tebet esclareceu que as emendas individuais, de bancadas e de comissões serão mantidas, mas seu valor será proporcional à redução que for feita pelo Executivo. Ele garantiu que as mudanças no rito de apreciação do Orçamento não vão prejudicar a eficiência da análise realizada pelo Congresso Nacional.



ACM, ladeado pelos senadores Arruda, Elcio Alvares e Edison Lobão, coordenou entendimentos

ACM e outros parlamentares são homenageados pelo Paraguai

Os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, foram agraciados ontem com o grau de Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, a maior condecoração oferecida pelo governo da República do Paraguai. A solenidade foi realizada na embaixada paraguaia em Brasília. Também foram condecorados, com o grau de Grande Oficial da mesma Ordem, os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Elcio Alvares (PFL-ES), Gilberto Miranda (PFL-AM) e Osmar Dias (PSDB-PR).

O deputado Luís Eduardo Magalhães foi homenageado com uma comenda póstuma, que emocionou seu pai, o presidente do Senado. Antonio Carlos Magalhães pediu ao presidente da Câmara que o substituísse no discurso de agradecimento. Temer elogiou os avanços do Mercosul para a integração na área acadêmica e a semelhança de sentimentos, tradições e aspirações entre os povos brasileiro e paraguaio.

O embaixador paraguaio, Dido Florentín Bogado, disse que o traço que predomina nas relações entre brasileiros e paraguaios é a solidariedade. Ele elogiou a participação das autoridades homenageadas no incremento das relações entre os dois países. O diplomata lamentou a perda prematura de Luís Eduardo Magalhães, cuja morte, este ano, “privou a



Antonio Carlos, ao ser condecorado pelo embaixador Dido Bogado

nação brasileira de um de seus maiores filhos”.

Para o presidente do Senado, a homenagem reflete o relacionamento “muito bom” entre Brasil e Paraguai. Antonio Carlos Magalhães disse ter ficado muito feliz com a medalha concedida *post mortem* ao filho.

– O deputado Luís Eduardo foi um parlamentar que se distinguiu no Brasil como uma das figuras maiores de sua geração. O reconhecimento póstumo tem um duplo valor: ele recebe as homenagens que em vida receberia por seu trabalho, que ficou registrado não só no Brasil como também nos países amigos – afirmou.

O presidente do Senado afirmou que o fortalecimento do Mercosul – integrado ainda pela Argentina e Uru-

guai, tendo Chile e Bolívia como observadores – é o instrumento mais forte para a realização dos interesses de Brasil e Paraguai. A seu ver, o incremento do comércio nesse mercado comum diminuiu os efeitos da crise internacional. “A crise é grave, mas nós vamos vencer, e os países da América do Sul vão todos vencer a crise, porque há uma unidade através do Mercosul muito grande entre esses países”, disse ACM.

Gilberto Miranda ressaltou a importância da comenda, que homenageia um trabalho de aproximação entre os dois países desenvolvido tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. Já Bernardo Cabral se disse muito honrado pelo fato de receber a homenagem com os dois chefes maiores do Poder Legislativo.

Ignácio quer proibir aumento salarial em final de mandato

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) é o autor do projeto que proíbe a concessão de aumento salarial a servidores públicos municipais e estaduais no período de três meses antes do término do mandato. A proposta tem parecer favorável do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e deverá ser incluída na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ainda neste mês.

A iniciativa é dirigida a governador de estado e do Distrito Federal e a prefeito ou quem os substitua. De acordo com o projeto, os aumentos concedidos 90 dias antes do fim do mandato serão considerados nulos. O descumprimento da proibição será considerado crime de improbidade administrativa, passível de punição com a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário. Ampliando as punições, que estão previstas no

artigo 37 da Constituição, José Ignácio acrescentou a inelegibilidade de entre elas.

Muitas leis eleitorais, segundo o senador, já cuidaram de proibir contratações, nomeações e reajustes salariais no período que antecede as eleições com o objetivo de conter os abusos e proteger a máquina administrativa. Todavia, para José Ignácio, a realidade tem mostrado a necessidade da edição de uma lei mais geral, não restrita a um período eleitoral e que sirva de parâmetro para todas as administrações estaduais e municipais.

A proposta exclui da proibição a nomeação dos aprovados em concursos públicos, a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e a designação ou a dispensa de função de confiança. No entanto, esses atos devem ser publicados no diário oficial respectivo no prazo de 48 horas após sua assinatura, sob pena de nulidade automática.



Ignácio defende a inelegibilidade para quem descumprir lei

CCJ acolhe indicações de nomes para o TST

Mensagens do presidente da República, propondo a recondução de ministros classistas do Tribunal Superior do Trabalho, ainda serão submetidas ao plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem mensagens do presidente da República reconduzindo Leonaldo Silva e Antonio Maria Cortizo para mandatos de ministro classista temporário do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no triênio 1999/2001. Também foi aprovada a indicação dos nomes de Maria de Fátima Gonçalves e José Alberto Rossi para vagas de suplente de ministro classista. Os quatro são representantes dos trabalhadores, e as mensagens dependem ainda de votação no plenário do Senado.

O paranaense Leonaldo Silva é formado em Direito e atuou na Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná. O ministro participou de juntas de conciliação e julgamento e do Tribunal Regional do Trabalho em seu estado. Relator da mensagem, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou, em seu parecer, que o indicado preenche todos os requisitos básicos para exercer aquela função.

Jornalista, Antonio Maria Cortizo integrou entidades de representação da categoria. Em sua segunda sabatina no Senado, o ministro ressaltou sua atuação por ocasião da greve dos petroleiros, em 1995. O relator da indicação, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), disse que Cortizo possui os requisitos necessários para o cargo. O senador pediu sugestões do ministro para aperfeiçoar a Justiça do Trabalho. Cortizo ofereceu estudo sobre medidas para diminuir a possibilidade de recursos destinados somente a retardar os processos, como os embargos declaratórios.

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) elogiou o trabalho de Cortizo, declarando apoio à indicação.

Escolhidos para suplente de ministro classista, Maria de Fátima Gonçalves e José Alberto Rossi participaram de entidades de trabalhadores. Maria de Fátima é vice-presidente do Conselho Regional de Secretariado do Distrito Federal, e Rossi, médico veterinário de profissão, foi tesoureiro da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Jefferson Péres (PSDB-AM) abstiveram-se na votação. Apesar de não terem restrições particulares aos nomes, a posição de ambos é baseada no questionamento da existência da representação classista na Justiça do Trabalho.



Comissão de Justiça considerou que os indicados preenchem os requisitos para as funções

Comissão aprova projeto que unifica quadros da Polícia Militar do DF

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável a projeto de lei da Câmara que unifica os quadros de oficiais e praças femininos e masculinos da Polícia Militar do Distrito Federal. O projeto é de iniciativa do Executivo e será ainda apreciado pelo plenário do Senado.

O relator da matéria, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse que a proposta acaba com a discriminação que atualmente é feita contra as mulheres nos quadros de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal. Já o senador Leonel Paiva (PFL-DF) observou que é preciso corrigir distorções na legislação que discrimina as mulheres policiais.

O senador Bello Parga (PFL-MA) sugeriu a mudança da expressão "pessoal feminino e masculino da polícia militar" para



Tuma deu parecer favorável, afirmando que a proposta "acaba com a discriminação"

simplesmente "pessoal da polícia militar", para deixar claro que não pode haver distinção de sexo que dificulte a ascensão das mulheres policiais na carreira. A sugestão foi aceita pelo relator.

A proposta analisada pela CCJ

modifica a Lei nº 6.450, de 1977, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do DF. O projeto é de 1996 e fixa o quadro efetivo de policiais militares femininos em 10% do total.

Atualmente, o quadro de policiais femininos é muito reduzido na tropa, o que provoca distorção nas promoções. As policiais mulheres aguardam tempo demasiado longo para sua promoção, enquanto os homens ganham promoção regularmente. A unificação dos quadros femininos e masculinos também permitirá maior igualdade entre os efetivos da corporação.

– Busca-se, no caso, corrigir uma injusta distorção há algum tempo verificada no sistema de promoções dos oficiais e praças femininos da Polícia Militar do Distrito Federal, sensivelmente prejudicados por sua lotação nos quadros específicos hoje existentes – disse Romeu Tuma.

Plenário renova concessões de emissoras de rádio e TV de três estados

Três emissoras de radiodifusão tiveram a renovação de suas concessões de funcionamento aprovada ontem pelo plenário do Senado. Foram renovadas as concessões das rádios Cidade de Ilhéus (BA) e Cultura de São Borja (RS) para exploração de serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM). Além disso, os senadores aprovaram a renovação

da concessão da Rádio e Televisão Bandeirantes de São Paulo, para explorar a difusão de sons e imagens. Pela Constituição, as concessões valem por 10 anos para emissoras de rádio e 15 para as de TV.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, recomendou a abstenção na matéria. Segundo ele, seu partido aguarda a regulamentação do dis-

positivo constitucional que determina a instalação do Conselho de Comunicação Social, órgão normativo dessa atividade. Suplicy conclamou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para antes do término de seu mandato colocar em funcionamento o conselho. Antonio Carlos disse que vai procurar atender a solicitação do senador petista.

Projeto de lei autorizativa é considerado constitucional

Parecer do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) sobre requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), aprovado ontem por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), considera constitucionais os projetos de lei autorizativa, sem qualquer tipo de restrição. A consulta de Alcântara, respaldada pela interpretação de Josaphat, tem o objetivo de dirimir dúvidas frequentes quanto a esse tipo de proposta, que, geralmente, concede autorização ao presidente da República para exercer competência que lhe é privativa.

– As leis autorizativas administrativas, orçamentárias e tributárias têm apoio doutrinário, jurídico e legal, encontrando confirmação jurisprudencial quanto a sua essência, a sua formação, motivo pelo qual se recomenda a sua admissibilidade – relatou Josaphat.

O senador pela Bahia observou que o projeto de lei autorizativa é um projeto de lei como outro qualquer, passível de sanção presidencial. Diferente do que pode ocorrer com os demais instrumentos legais, a lei autorizativa não é passível de arguição de inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

O efeito jurídico prático da lei autorizativa é de apenas sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência. É nesse ponto que o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) posiciona-se contrário a esse tipo de proposta.

– Sou favorável ao parecer, mas vou continuar a abster-me nas votações de projetos de lei dessa natureza. Tenho preconceito arraigado contra as leis autorizativas. Por exemplo: um vereador pode apresentar projeto de lei autorizando o prefeito a reduzir em 50% o preço da passagem de ônibus. Caso o prefeito não execute o que sugere a lei, fica o Legislativo contra o Executivo. É uma lei para jogar para a torcida – criticou Dutra.



Parecer do senador Josaphat Marinho teve aprovação unânime

Maldaner resalta o impacto dos "provões"

Ao quebrar uma série de tabus em torno da avaliação do ensino universitário, a iniciativa do Ministério da Educação de realizar os "provões" tem levado "a um saudável questionamento da rotina de funcionamento dos cursos superiores avaliados", disse ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Conforme o senador, a avaliação dos "provões" valoriza a aprendizagem de habilidades intelectuais em detrimento da memorização de conteúdos e, frente aos resultados aquém do esperado, várias universidades estão reexaminando o conteúdo programático de seus cursos e contratando professores mais qualificados.

— Os resultados tornam-se ainda mais valiosos quando cotejados com outros dados relevantes, tais como a capacitação do corpo docente, abrangência e qualidade dos currículos, condições dos laboratórios e das bibliotecas e infraestrutura geral das instituições — acrescentou.

O ambiente acadêmico, na opinião de Maldaner, é preocupante, porque marcado por uma apatia que distancia as universidades de seu papel fundamental na transformação da economia, ciência e cultura brasileiras. Com professores mal remunerados ou com interesse exclusivo em pesquisa, desmotivados para as atividades de ensino, e alunos cujo objetivo é a aprovação nas matérias e a obtenção do diploma, há um marasmo intelectual a ser superado, enfatizou.

Para o senador, a melhoria do nível dos cursos universitários é uma forma eficaz de estimular os alunos, sendo fundamental também um aumento da remuneração dos professores.



Maldaner elogia "provões" mas pede salários melhores para professores

CAS define nova competência para juntas

Parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais torna as juntas de conciliação e julgamento da localidade onde o empregado presta serviços competentes para julgar processos trabalhistas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, com parecer favorável do senador Joel de Hollanda (PFL-PE), projeto da Câmara dos Deputados propondo que a competência das juntas de conciliação e julgamento seja determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviço ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no exterior.

A proposta, segundo Hollanda, pretende modificar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que, para ele, "tendeu mais para o lado do empregador" ao tratar da competência das juntas de conciliação para julgar os dissídios individuais. Os maiores prejudicados são os trabalhadores mais humildes, que deixam de ser assistidos pelo seu sindicato, além de ser onerados com despesas de locomoção, alimentação e hospedagem quando os empregadores invocam a competência da junta de conciliação e julgamento onde eles têm domicílio.



Joel de Hollanda foi o relator do projeto

O senador também destaca que o projeto beneficia o agente ou viajante comercial. Conforme emenda de redação de sua autoria aprovada pela CAS, quando esses profissionais forem parte no dissídio, a competência será da junta da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado. Na sua falta, será competente a

junta da região em que o empregado tenha domicílio ou da localidade mais próxima.

Joel de Hollanda explica que o projeto mantém o princípio geral segundo o qual a competência para julgar os dissídios individuais é da junta de conciliação e julgamento do local onde o empregador tiver o seu domicílio, ou seja, onde haja uma agência ou filial da empresa a que estiver vinculado o empregado. A matéria agora vai ser discutida e votada em plenário.

REJEITADO

Em sessão presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), a CAS também aprovou parecer do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) contrário a projeto do deputado Mendonça Neto que propõe conceder ao trabalhador direito a repouso remunerado no dia definido por lei como de homenagem à sua categoria profissional.

Já a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) pediu e obteve vista a projeto de lei da Câmara cujo objetivo é facultar ao empregado faltar ao serviço, pelo tempo necessário, quando tiver de comparecer a juízo.



A senadora Emília Fernandes (à esquerda) pediu vista em projeto que define normas sobre poluição das águas, em reunião da CAS presidida pelo senador Ademir Andrade

Emília irá estudar normas sobre poluição

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) pediu vista, na reunião de ontem da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de dois projetos de lei que estão tramitando em conjunto e que definem normas para evitar a poluição das águas no Brasil. A pedido do relator da matéria, senador Osmar Dias (PSDB-PR), o presidente da comissão, senador Ademir Andrade (PSB-PA), solicitou à senadora que devolva o projeto o mais rápido possível para que possa ser apreci-

ado na reunião da CAS da próxima quarta-feira, dia 21.

Em seu parecer, Osmar Dias votou pela aprovação do projeto de iniciativa do Poder Executivo, o PLC 37/96, e pela rejeição do PLC 197/93, de autoria da Câmara dos Deputados. Ele justificou a escolha pela maior abrangência da proposta da Presidência da República e por ela estar mais de acordo com o que foi definido na Convenção das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco

92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

O projeto do Executivo obriga todos os portos, plataformas e suas construções de apoio a dispor de instalações destinadas ao combate e ao controle da poluição da água, bem como a adotar planos de ação de emergência contra a poluição. Também fixa as normas para todas as movimentações de óleo e outras substâncias nocivas e para a descarga desses produtos em águas sob jurisdição nacional.

CCJ examinará projeto sobre venda de terras devolutas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) resolveu ontem, atendendo a requerimento da senadora Emília Fernandes (PDT-RS), encaminhar para análise prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados que trata da utilização dos recursos adquiridos com a alienação de terras devolutas da União. A senadora propõe que a CCJ emita parecer preliminar sobre a constitucionalidade da matéria.

O projeto da Câmara estabelece que metade do produto arrecadado através da venda de terras devolutas deverá ser destinada ao desenvolvimento de projetos ambientais na mesma unidade da Federação onde estiverem os imóveis alienados. Também determina que, se esses projetos envolverem reflorestamento, devem ser utilizadas exclusivamente espécies nativas. Em virtude da solicitação de Emília Fernandes, não chegou a ser lido o parecer apresentado pelo relator da matéria, senador Ernandes Amorim (PPB-RO). Atualmente, todo o dinheiro adquirido com a venda de terras devolutas da União é utilizado pelo Incra na cobertura de seus gastos administrativos e judiciais. Por considerar que o instituto sobrevive com escassez de recursos, o relator optou pela rejeição da matéria.

ARQUIVAMENTO

Também na reunião de ontem, a CAS aprovou parecer da relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), pelo arquivamento de projeto de iniciativa da Câmara que determina maior rapidez na solução de questões trabalhistas que tratam exclusivamente de salários. A comissão considerou que a matéria já está contemplada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).



Miranda elogiou a operação Macaú II, de repressão ao desmatamento

Miranda pede mais fiscalização na Amazônia

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) fez um apelo ao governo federal para que dê continuidade a ações de fiscalização na Amazônia como a Macaú II, operação de repressão ao desmatamento indiscriminado na floresta, desenvolvida pelo Ibama, Polícia Federal e Forças Armadas. Ele informou que, de 22 de maio até meados de agosto, o Ibama já havia apreendido 65 mil metros cúbicos de madeira, 400 caminhões e 20 tratores nos estados da Amazônia Legal. Esclareceu também que as multas por exploração, transporte ou comercialização de madeiras ilegais renderam mais de R\$ 1 milhão.

– Ações como essa, que flagrou o maior esquema de produção para o mercado clandestino do mogno no país, precisam ser constantes na floresta amazônica – defendeu. O êxito até agora obtido pela operação Macaú II comprova que é possível fiscalizar a floresta, coibir o desmatamento clandestino e controlar as atividades econômicas dos índios, impedindo sua manipulação por predadores ambientais nacionais ou estrangeiros.

Gilberto Miranda ressaltou que a operação Macaú II, que termina em dezembro, além de possuir dimensões até então inéditas no Brasil, conta com a nova Lei Ambiental – que pune os infratores com pesadas multas. Segundo o senador, os prejuízos para os madeireiros clandestinos agora podem ser muito maiores do que os possíveis lucros, já que, além da madeira, serão apreendidos também os equipamentos encontrados nas áreas de exploração irregular.

O senador destacou que ninguém desconhece que a devastação da floresta amazônica não acontece por acaso. Ela é feita por encomenda de madeireiras instaladas na região, muitas delas controladas por grupos do Sudeste Asiático, “conhecidos predadores ambientais”, afirmou.

Jefferson Péres lembra que Constituição garante ZFM

Os incentivos fiscais para a Zona Franca de Manaus, segundo o senador, não podem ser alterados por lei ordinária e valerão até 2013

“Os incentivos fiscais destinados à Zona Franca de Manaus não podem ser eliminados ou reduzidos por legislação infraconstitucional”, afirmou ontem o senador Jefferson Péres (PSDB-AM). Ele comentou notícias veiculadas recentemente na imprensa dando conta de que o ajuste fiscal pretendido pelo governo para fazer frente à crise financeira internacional englobaria mudanças na política tributária destinada àquela região. Para o senador, a imprensa muitas vezes erra ao sugerir que as empresas da Zona Franca não pagam impostos.

– O que existe, na verdade, é a isenção no Imposto sobre Produtos Industrializados e uma redução no Imposto de Importação. E mesmo assim a Zona Franca gera uma receita tributária maior do que a soma de toda a Ama-



Jefferson recordou decisão do STF favorável à ZFM

zônia Legal – explicou.

Jefferson Péres ressaltou que a política de incentivos fiscais é uma garantia constitucional, estando prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Ele lembrou que já há decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) vedando qualquer redução nos

incentivos. “Decisão unânime do colegiado do STF garante este direito até 2013”, informou.

O senador deixou claro que o estado do Amazonas não pode ser considerado privilegiado num possível plano de ajuste fiscal que implique corte dos incentivos. “Um aumento na alíquota da CPMF também atinge as empresas do estado; uma ampliação do Fundo de Estabilização Fiscal prejudicaria também o Amazonas e seus municípios; o mesmo aconteceria com uma redução dos incentivos fiscais da Sudam e Sudene”, garantiu o senador, citando prováveis medidas incluídas do plano de ajuste fiscal a ser anunciado pelo governo.

– Vamos fazer os mesmos sacrifícios de todos os brasileiros no ajuste – afirmou Jefferson Péres.



Suplicy celebrou “boa notícia” de Estocolmo

Nobel para estudo de desigualdade alegra Suplicy

“A boa notícia de hoje vem de Estocolmo”, comemorou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao registrar ontem que o economista indiano Amartya Sen foi o laureado deste ano com o Prêmio Nobel de Economia.

Amartya Sen leciona no Trinity College, em Cambridge, Inglaterra, dedica-se a estudos das desigualdades econômicas e é conhecido como especialista das condições de pobreza e da fome, acrescentou. Segundo o senador, trata-se de economista bastante diferente dos laureados com o Nobel de 1997, Robert Merton e Myron Scholes, que desenvolveram estudos de valorização de derivativos e são sócios num fundo de administração de capital de longo prazo que faliu no mês passado.

Suplicy recomendou a leitura das obras de Amartya, principalmente agora, momento em que “os economistas do governo se preocupam com a queda das ações nas bolsas e não com o aumento das taxas de desemprego”.

O senador também referiu-se a requerimento de sua autoria, examinado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, em que ele convida o ministro da Fazenda, Pedro Malan, a prestar esclarecimentos ao Senado sobre as negociações do governo brasileiro com o FMI e sobre o ajuste fiscal que está sendo preparado pela equipe econômica.

O requerimento é de 1º de setembro, enfatizou, e desde então o ministro esteve em Washington duas vezes para explicar as medidas do governo brasileiro com vistas ao ajuste das finanças públicas, sem ter comparecido ao Congresso uma única vez. Conforme o senador, a audiência pública deverá ser no final do mês, no dia 27 ou 28.

Lobão cobra investimentos em educação e formação profissional

Investimentos pesados e imediatos em educação e profissionalização técnica, aliados à defesa de igualdade de normas e regras para as empresas nacionais que se propõem a competir no mercado internacional, são exigências a serem cumpridas para que o país tenha condições de competitividade na nova ordem mundial, disse ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele registrou seus cumprimentos à revista *Problemas Brasileiros*, dirigida pelo jornalista Isaac Jardimovski, pela seriedade e qualidade das informações veiculadas.

Conforme dados publicados pela revista citados pelo senador, o instituto de pesquisa in-



Lobão lamentou pouca competitividade do Brasil

ternacional Fórum Econômico Mundial, com sede na Suíça, coloca o Brasil na 46ª posição em condições de competitividade internacional num universo de 52 países, acima apenas da Colômbia, Polônia, Índia,

Zimbábue, Rússia e Ucrânia. As carências brasileiras na educação e reciclagem de mão-de-obra estão entre as principais razões dessa posição lamentável, enfatizou.

Ao mesmo tempo, o Brasil está em 1º lugar entre as nações emergentes que sediam multinacionais e conta com cerca de mil empresas, de capital predominantemente brasileiro, com filiais no mundo, disse. Se a crescente internacionalização da economia brasileira é motivo de preocupação, por não resultar em aumento dos empregos e melhoria da qualidade de vida, a multinacionalização das empresas nacionais é motivo de otimismo, na opinião de Lobão.

Suassuna quer ampliar programa de emergência

Apreensivo com o prolongamento da seca na região Nordeste, especialmente na Paraíba, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um apelo ontem a autoridades do governo federal para que adiem o encerramento do Programa de Emergência, previsto para o final de dezembro. “O ato que criou o Programa de Emergência acaba em dezembro, mas a seca não acabou”, alertou

o senador.

Suassuna explicou que as primeiras chuvas na região estão previstas para os meses de fevereiro e março. Só então será possível plantar, mas a colheita só se dará cerca de 90 dias depois do plantio. O senador acredita que somente em maio ou junho é que a população terá condições de ser abastecida com o resultado da colheita. “Estou falando hoje, dia



Suassuna recorda que colheita só deve chegar em maio

14 de outubro, na esperança de que as autoridades atentem para a situação e que isso se modifique em dezembro”, concluiu Ney Suassuna.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

0h45 - Jornal do Senado
 1h - Debate - O ministro Luiz Fernando Ligiero e o ministro Sérgio Florêncio debatem a "imagem do Brasil no exterior". Eles falaram do projeto Via Brasil, da importância do renascimento do cinema nacional, da divulgação da democracia brasileira no exterior e do destaque que foi dado ao país na Feira do Livro em Paris
 1h55 - Senado em Pauta
 2h - Cores do Brasil - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o Pelourinho
 2h30 - Especial Unip - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varela entrevista o pediatra Andranik Manissdjan. Assunto: Pediatria - 4ª parte
 3h - Jornal do Senado
 3h30 - Espaço Cultural "Artistas do Senado" - Apresentando o artista plástico Ney Garcez
 3h55 - Senado em Pauta
 4h - Cores do Brasil - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Espírito Santo
 4h30 - Entrevista - O professor de Estatística da UnB, Aiporé Rodrigues, fala das técnicas utilizadas no processo da pesquisa. Ele defende a não divulgação dos resultados nas vésperas das eleições
 4h55 - Senado em Pauta
 5h - Debate - O ministro Luiz Fernando Ligiero e o ministro Sérgio Florêncio debatem a "imagem do Brasil no exterior". Eles falaram do projeto Via Brasil, da importância do renascimento do cinema nacional, da divulgação da democracia brasileira no exterior e do destaque que foi dado ao país na Feira do Livro em Paris
 5h45 - Jornal do Senado
 6h - Saúde Todo Dia - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Yoga
 6h30 - Especial/Unip - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varela entrevista José Fernando Peres. Assunto: Futuro da Pesquisa no Brasil - 4ª parte
 6h55 - Senado em Pauta
 7h - Saúde Todo Dia - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Ginástica Restauradora
 7h30 - Especial Unip - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varela entrevista o pediatra Andranik Manissdjan. Assunto: Pediatria - 4ª parte
 7h55 - Senado em Pauta
 8h - Saúde Todo Dia - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Yoga
 8h30 - Jornal do Senado
 9h - Cores do Brasil - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Rio de Janeiro
 9h30 - Entrevista - O professor de Estatística da UnB, Aiporé Rodrigues, fala das técnicas utilizadas no processo da pesquisa. Ele defende a não divul-

gação dos resultados nas vésperas das eleições
 9h55 - Senado em Pauta
 10h - Sessão plenária (ao vivo) - Não deliberativa
 12h30 - Entrevista - O professor de Estatística da UnB, Aiporé Rodrigues, fala das técnicas utilizadas no processo da pesquisa. Ele defende a não divulgação dos resultados nas vésperas das eleições
 13h30 - Debate - O ministro Luiz Fernando Ligiero e o ministro Sérgio Florêncio debatem a "imagem do Brasil no exterior". Eles falaram do projeto Via Brasil, da importância do renascimento do cinema nacional, da divulgação da democracia brasileira no exterior e do destaque que foi dado ao país na Feira do Livro em Paris
 14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
 18h30 - Entrevista - O professor de Estatística da UnB, Aiporé Rodrigues, fala das técnicas utilizadas no processo da pesquisa. Ele defende a não divulgação dos resultados nas vésperas das eleições
 19h - Cores do Brasil - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Pernambuco
 19h30 - Debate - O ministro Luiz Fernando Ligiero e o ministro Sérgio Florêncio debatem a "imagem do Brasil no exterior". Eles falaram do projeto Via Brasil, da importância do renascimento do cinema nacional, da divulgação da democracia brasileira no exterior e do destaque que foi dado ao país na Feira do Livro em Paris
 20h30 - Entrevista - O professor de Estatística da UnB, Aiporé Rodrigues, fala das técnicas utilizadas no processo da pesquisa. Ele defende a não divulgação dos resultados nas vésperas das eleições
 21h - Jornal do Senado
 21h15 - Espaço Cultural - Apresentando a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional
 22h - Plenária (reapresentação)
 Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
 Em seguida - Música e informação
 10h - Sessão plenária (ao vivo)
 Em seguida - Música e informação
 15h - Reprise da sessão plenária
 Em seguida - Música e informação
 19h - "A Voz do Brasil"
 Em seguida - Música e informação
 20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte / Centro-Oeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul / Sudeste"
 Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Alcântara analisa efeitos das pesquisas nas eleições

Senador destaca utilidade dos institutos de opinião, mas diz que eles não podem se transformar em "instâncias máximas do processo eleitoral"

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) fez ontem uma análise das disparidades entre os resultados eleitorais e os números levantados em pesquisas de opinião. Ele concluiu que tais levantamentos são úteis e necessários, mas sugeriu que se faça uma pesquisa para que a população revele como se comporta diante dessas consultas eleitorais.

Para Alcântara, a grande questão é saber se a população se deixa influenciar pelo fato de a pesquisa revelar, por exemplo, que um candidato caiu ou subiu drasticamente numa disputa. "Hoje estamos submetidos a uma espécie de ditadura da pesquisa, mas há uma lição a tirar: não podemos mais erigir esses institutos como instâncias máximas, supremas no processo eleitoral", observou.

Conforme Lúcio Alcântara, a forma de divulgar o resultado de uma pesquisa não pode redundar na deturpação da vontade do eleitorado. Na opinião dele, o maior problema é a divulgação antecipada da pesquisa, como aconteceu em São Paulo, onde os levantamentos de boca-de-urna foram divulgados antes de encerradas as eleições. Depois de lembrar que, na França e em Portugal, não há

publicação de pesquisas, ele propôs que o Legislativo encontre uma fórmula razoável, que atenda ao processo democrático sem risco de causar deturpação.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) disse que, com a metodologia adequada, as pesquisas refletem a realidade quase com exatidão, daí por que ele não entende o histórico de erros que ocorrem frequentemente no Amazonas. "Há



Lúcio Alcântara condena a "ditadura da pesquisa"

TV Senado debate o assunto

O professor de Estatística da UnB, Aiporé Rodrigues, não concorda com a divulgação dos resultados das pesquisas eleitorais às vésperas do pleito. A opinião foi manifestada em entrevista à TV Senado sobre as técnicas utilizadas no processo de pesquisa.

O programa vai ao ar hoje, em cinco horários diferentes: 4h30, 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

algo muito errado nesses institutos, pelo menos no meu estado", afirmou. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) considerou da maior importância a divulgação, junto com a pesquisa, do nome de quem a encomendou e de quem a pagou.

Eduardo Dutra (PT-SE) sustentou que a pesquisa de véspera influencia o resultado da eleição, e acrescentou: "É lógico que as pesquisas já detectavam o crescimento de Marta Suplicy (candidata do PT ao governo de São Paulo) nas vésperas da eleição". Roberto Requião (PMDB-PR) ressaltou que há uma vinculação direta entre os resultados das pesquisas e a sua contratação pelos governos.

decide votar contrariamente ao programa do partido?"

Lembrando que a reforma política já está sob o exame de uma comissão que o Senado criou especialmente para isso, Dutra também ressaltou que está na hora de votar dispositivos sobre o financiamento das campanhas. "Nós defendemos que o financiamento de campanha a partir da próxima eleição seja feito exclusivamente com recursos públicos", afirmou o senador. Ele considera fundamental acabar com o financiamento de empresas, e apresentou o seguinte argumento: "Elas não investem em campanha só pelos belos olhos do candidato".

Dizendo exprimir uma opinião pessoal, Eduardo Dutra defendeu ainda o voto distrital misto, para evitar que o candidato de um partido dispute voto com outro do próprio partido, como, no seu entender, acontece hoje. O parlamentar sustentou que a disputa por votos tem de ser entre partidos diferentes. Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) elogiou a posição de Dutra, afirmando que o voto distrital misto identifica mais o eleitor com o candidato.

Dutra teme que fidelidade partidária se torne uma camisa-de-força para os parlamentares



Dutra vê riscos de manipulação em projeto de reforma política

Ao falar sobre a intenção do governo de retomar o projeto de reforma política, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) mostrou-se inquieto com a possibilidade de se desvirtuar o conceito de fidelidade partidária. "Somos favoráveis à fidelidade partidária, mas o problema é o que se entende por fidelidade partidária", afirmou.

Ele receia que o governo, cuja bancada no Congresso diminuiu nas últi-

mas eleições, queira submeter os parlamentares a uma camisa-de-força, impedindo-os de votar em desacordo com o líder.

Dutra se disse favorável ao fim da "dança das cadeiras" - referência às frequentes trocas de partido por parte dos parlamentares eleitos. Mas questionou: "E como ficaria a situação de um parlamentar que tem posições diametralmente opostas ao líder e este



Jonas prevê que desempenho da agricultura pode ser comprometido

Jonas pede manutenção de crédito para safra

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apelou ontem aos ministros da Fazenda e da Agricultura e ao presidente da República para que assegurem aos produtores rurais os recursos para crédito nos montantes anunciados para 1998/1999, a fim de que não se comprometa a safra agrícola. "É dever do governo federal corrigir as distorções a tempo", disse o parlamentar.

Jonas Pinheiro explicou que o plano de safra 1998/1999 anunciado pelo governo acenava com a liberação de recursos de crédito de custeio, investimento e comercialização na ordem de R\$ 11,6 bilhões, o que representaria um acréscimo de cerca de 50% em relação ao aplicado na safra anterior. Por isso, disse ele, o plano teve repercussão favorável junto aos produtores rurais.

— Entretanto, estamos constatando que, mais uma vez, os recursos anunciados não estão sendo disponibilizados para os produtores, já que as agências bancárias, não somente do sistema financeiro privado, mas também do Banco do Brasil, alegam não dispor de dotações — argumentou o parlamentar.

Conforme Jonas Pinheiro, a redução de recursos no BB decorre da queda nos depósitos à vista e da recente elevação das taxas de juros no mercado. Além de tudo, o Tesouro alega dificuldades para subsidiar a diferença entre os juros cobrados nos financiamentos aos produtores rurais e os custos de captação de dinheiro, que ficaram mais elevados, observou.

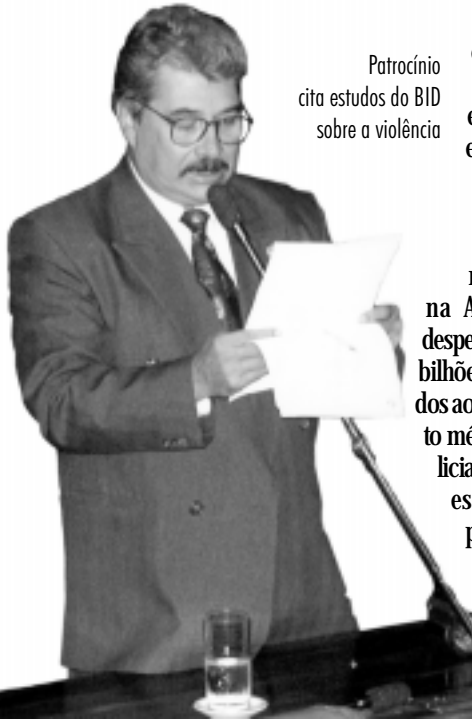
Para Jonas Pinheiro, essa redução nos financiamentos agrícolas irá seguramente comprometer o desempenho da próxima safra.

Patrocínio teme que corte de recursos para educação aumente a violência

Senador tem observado aumento da demanda por vagas no ensino médio e alerta que contenção de recursos pode afetar um setor indispensável ao desenvolvimento

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) manifestou ontem sua preocupação com a possibilidade de que as medidas de contenção do déficit público prejudiquem a educação, no momento em que a violência cresce justamente entre a juventude. Patrocínio informou que, em correspondências recebidas das secretarias de Educação dos estados, tem identificado acentuado aumento da demanda por vagas no ensino médio e a forte pressão que os sistemas de ensino sofrem para expandir suas redes. "Os estados reivindicam compensação proporcional ao valor deduzido das respectivas cotas do salário-educação pela incidência do FEF (Fundo de Estabilização Fiscal)", alertou.

Patrocínio qualificou a violência como uma tragédia dos dias atuais, com várias origens, como a desigualdade social, o desemprego, a impunidade, a decadência de valores morais e a insegurança geral. Além disso, continuou, a violência absorve recursos que teriam destinação mais no-



Patrocínio cita estudos do BID sobre a violência

bre. Ele revelou que, segundo relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a violência é verdadeiramente o "anti-negócio" porque

força gastos e entrava o crescimento de um país.

— Afirma a revista *Rumos*, em sua edição de julho, que, embora o governo federal e os empresários discordem, estudo inédito do BID frisa que a violência reduz os investimentos e o desenvolvimento na América Latina. A região despense 14% de seu PIB (US\$ 170 bilhões) em programas relacionados ao problema, como atendimento médico às vítimas e aparato policial. São recursos que poderiam estar gerando investimentos produtivos. No caso do Brasil, este custo alcança US\$ 85 bilhões por ano, ou 10,5% do PIB — assegurou Patrocínio.

Em aparte, o senador Paulo Guerra (PMDB-AP) disse que, sem dúvida, a educação é o caminho para extirpar a violência, mas que também é preciso aumentar a oferta de vagas e a qualidade do

ensino, além de incrementar o ensino profissionalizante.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) revelou que a violência tem crescido de forma assustadora em Curitiba, principalmente na faixa etária entre 15 e 20 anos.

Ressaltando que não é um especialista em sociologia ou desenvolvimento, o senador Carlos Patrocínio acredita que a maioria concorda que qualquer ação que vise ao progresso econômico e social no Brasil deve tomar como ponto de partida a educação. "Há algum tempo os economistas vêm alertando que a educação constitui matéria estratégica, insumo fundamental para o desenvolvimento. É preciso que o trabalhador brasileiro possa ler e entender um manual de instruções, aprender novas técnicas, esteja preparado para freqüentes atividades e cursos de reciclagem e atualização, desenvolva habilidades diferenciadas que lhe permitam maior capacidade de adaptação e de respostas criativas", afirmou o senador.

Amin dá parecer contrário à unificação das eleições

Está pronta para ser votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda à Constituição (PEC) que preten-

de unificar as eleições no país. Ela tem como primeiro signatário o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) e objetiva a coincidência de todos os pleitos eleitorais. A matéria, que não foi apreciada na reunião de ontem da CCJ, tem, no entanto, voto contrário do relator, senador Esperidião Amin (PPB-SC).

A idéia do autor da PEC é que todos os cargos eletivos sejam preenchidos na mesma data, excetuando-se os casos de segundo turno. As-

sim, seriam eleitos no mesmo pleito presidente e vice-presidente da República, governadores e vice, senadores e suplentes, deputados federais e estaduais, prefeitos e vice vereadores.

Amin argumentou, no voto contrário apresentado à CCJ, que a prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores fere o princípio democrático de manutenção das regras durante o período de duração do processo para o qual foram estabelecidas. Consi-

derou ainda que a redução do número de eleições limita as possibilidades de participação do cidadão na vida política.



Amin diz que a proposta fere um princípio democrático

Ronaldo propõe edição da biografia de Ruy Carneiro

A coleção *Grandes Vultos que Honraram o Senado*, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas, pode incluir em breve a biografia de Ruy Carneiro, senador entre 1951 e 1977, ano do seu falecimento. Requerimento nesse sentido foi apresentado pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que destacou os 40 anos de vida pública do político paraibano e sua fidelidade aos princípios democráticos.

— Enaltecer a figura de Ruy Carneiro é tributo que se impõe a nós senadores; é reverenciar e preservar o exemplo deixado por esse notável cidadão, cujas virtudes desejamos sejam incorporadas à nossa cultura — afirmou Ronaldo Cunha Lima.

Ruy Carneiro iniciou sua vida pública durante a Revolução de 30, que levou ao poder o presidente Getúlio Vargas. Em 1935, assumiu mandato de deputado fe-



Ronaldo afirma que enaltecer Ruy Carneiro é preservar seu notável exemplo

deral. No Senado, em seu primeiro mandato foi vice-presidente da Comissão de Legislação Social e da Comissão Especial de Estudos do Problema da Seca, além de compor diversas outras. Faleceu em Brasília, aos 71 anos, em 20 de julho de 1977.